

ÉTICA E JUSTIÇA

Volnei Ivo Carlin*

Mude-se a justiça, famosa exclamação do mestre e jurisprudencalista francês André Hauriou, quando respondia questão concernente às exigidas transformações do Estado contemporâneo.

A questão das mudanças do Estado deve fazer objeto de uma análise nova. É elaboração para pesquisadores com suas fórmulas sistemáticas, metódicas, democráticas e reais, embora ressaltem o caráter de novidade, sem desvinculação completa do passado, num papel das reflexões históricas.

Parece oportuno e estimulante que, deliberadamente, sejam suscitadas algumas questões e, a partir delas, num outro contexto, projetem-se perspectivas, sob a ótica moral, exteriorizada uma nova ética e deontologia, pois, na verdade, vive-se hoje uma sentida alergia dos cidadãos aos privilégios que o Estado confere. E, nesse contexto, somente uma releitura da moral é que pode explicar o surgimento de um novo direito. Hoje, o equilíbrio social encontra-se visceralmente rompido.

O discurso sobre a crise de identidade do Estado contemporâneo, como se nota, insere-se em uma pesquisa de dimensão mais abrangente e muito complexa. Vamos devagar, portanto, já que nenhuma crise será suplantada, segundo Jack Lang, eminente Professor de Direito Compa-

* Doutor em Direito pela Université des Sciences Sociales de Toulouse I, França; Professor do Curso de Pós-Graduação em Direito (CPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina e convidado da Universidade do Vale do Itajaí, lecionando para os Cursos de Mestrado e Doutorado em Direito (CPCJ); Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

rado, sem a coexistência de duas vontades fortes: a vontade de um governo embuído de um ideal claro e a vontade de um povo decidido a lutar por aspirações comuns.

Ao longo desta exposição buscar-se-á, portanto, conferir visão atualizada aos temas enfocados, e novas figuras jurídicas que levam a preocupar-se com a efetivação de prestações positivas e que tenham papel de relevo no desafio de uma sociedade redefinida.

Ao Judiciário caberá a missão de tornar mais acessíveis seus postulados traduzindo vínculos mais equilibrados entre o Estado e a sociedade para que, metodologicamente, priorize-se o cidadão, isolado ou em grupo, e não a autoridade.

Num enfoque atualizado e evolutivo, busca-se o aprimoramento do justo e, por isso, da paz social.

Nesse quadro, é que a ética do magistrado e da magistratura, que raramente era colocada em questão, revela-se atualmente um dos assuntos mais mobilizadores, tanto no plano prático como naquele de reflexão.

Falar sobre o juiz, seu comportamento, suas relações funcionais e extra-atividades profissionais, pressupõe um certo número de difíceis opções preliminares e reações várias. A esse respeito, orienta Raymond Lindon, “é preciso ter sido magistrado para bem os conhecer, já que eles sempre suportam mal tanto os olhares exteriores, quanto as críticas da própria classe”.

DA CRISE FINANCEIRA

Deve resultar da tomada de consciência da necessidade de tirar melhor partido dos recursos disponíveis. É a crise provocada e onipresente. Conceber e organizar o trabalho, melhorando o equacionamento das receitas disponíveis.

DOS CONFLITOS ÉTICOS

À hora atual mais e mais países passaram a preocupar-se com a aplicação da deontologia: seus princípios teleológicos, seu desenvolvimento, sua administração racional e seu futuro.

Ética e deontologia são importantes componentes da identidade profissional e estão na ordem do dia, talvez em razão dos seísmos comuns que sacudiram todas as profissões: instantaneidade da comunicação e

políticas de resultado, descrédito do serviço público, fenômeno do nepotismo, corporativismo e dos *lobbies* (ou grupos de pressão).

Uma aceleração da crise ética começou a ser sentida depois do *collorgate* e, na França, dos inúmeros conflitos econômicos e financeiros, quando o comportamento, público e privado, de certos juízes começou a suscitar vivas reações, comentários apaixonados e verdadeiras polêmicas, sempre contornados de rara publicidade e discussões de cunho ético.

Daí, a ética deixou de ser um problema menor e secundário, mas essencial e de grande acuidade.

Para efeitos didáticos e salutar reflexão vamos, sinteticamente, examinar alguns conceitos que envolvam os atores que se ocupam da justiça com vantagem de fazer uso da interdisciplinariedade e sublinhar antinomias entre a teoria e a prática.

DEONTOLOGIA — Distinções

A palavra deontologia foi empregada pela primeira vez pelo filósofo, jurista e economista inglês Jeremy Bentham, em 1834, enquanto André Damien constatou que seu primeiro emprego, como neologismo, no artigo publicado em 1º/11/1874, na *Revue des Deux Mondes*. Originariamente na filosofia e na religião.

ETIMOLOGIA: Dois vocábulos gregos: *deontas* — o que é obrigatório, aquilo que é preciso fazer, são os deveres de uma profissão, e *logos* — é o conhecimento transmitido mediante provas, é o discurso prático sobre uma matéria (*logos*: ciência ou estudo).

CONCEITO: Deontologia designa o conjunto de regras e princípios que ordenam a conduta de um profissional. Segundo Buffelan, é a ciência que trata dos deveres a que são submetidos os componentes de uma profissão. É fenômeno inerente às profissões. Ela opera no campo profissional. Exige em seu estudo noções de disciplina, falta e sanção. É a ciência dos deveres de uma profissão. Contrapõe-se à diceologia que é a disciplina dos direitos.

Para manter o contexto, em realidade, parece desejável, agora, examinar as relações próximas da deontologia, como a ética, a moral, o direito, a bioética e a diceologia.

ÉTICA

A primeira função vem da análise do comportamento humano, surgindo, em fase ulterior, como uma doutrina dos costumes, aludindo à conduta moral e, dentro dela, ao comportamento jurídico.

Não possui caráter legal, traduzindo-se, enfim, no respeito às regras de conduta não sancionadas por outras normas. Não é direito, não é deontologia e não é moral, portanto.

CONCEITO: consiste na conduta profissional, feita a partir da afirmação de valores e da prática de técnicas consoante esses valores.

Há, atualmente, na França e no Brasil forte movimento político-social em favor da ética, que se distingue da moral, compreendida esta como uma concepção mais ampla, referente a todos os campos de ação do indivíduo, enquanto a *ethic* se circunscreve ao campo limitado da vida profissional, embora possa existir moral na atuação da ética. Esta pode exteriorizar-se de forma verbal, com gestos, pela voz, por expressões e confirma-se pelas regras não escritas. Karl-Otto Apel traz a ética para as instituições legais, políticas e econômicas (1922). Diz que se arrepende por não haver estudado esta disciplina (ética) suficientemente.

A ética não se confunde com o direito posto que esse se consubstancia num conjunto de regras obrigatórias para todos viverem em sociedade e sancionadas em caso de seu descumprimento. A noção de ética, nota-se, é muito mais ampla que a de direito. Preocupar-se com a ética equivale a interrogar a própria consciência (cf. Jean Pierre Changeux. Fundamentos Naturais da Ética, Ed. Odile Jacob, 1993).

Deontologia: opera no campo da norma profissional (= no campo das normas ou das regras), enquanto a ética está vinculada ao valor e à identidade profissional, portanto, sua atuação é mais ampla do que aquela.

Bioética: As novas técnicas de reprodução humana (estatuto do embrião, estado civil dos transexuais, mães de aluguel, procriação pela inseminação artificial, fecundação *in vitro*, manipulações genéticas) vêm despertando, crescentemente, uma verdadeira conscientização para o fenômeno, denominado pelos especialistas de bioética. Entende-se esta como a maneira de regulamentação das novas práticas biomédicas, atendendo três categorias de normas: deontológicas, éticas e jurídicas, que exigem comportamento ético nas relações da biologia com a medicina, e com o direito. A bioética também é conhecida como engenharia genética ou biotecnologia, sendo que, no Brasil, a matéria é

tratada, parcialmente, pela Lei n. 8.974/95, chamada Lei da Biossegurança.

Florescem modernamente empresas consultoras que assessoram sobre regras de conduta; escolas passaram a ensinar ética, tornando-se um movimento cultural, segundo A. Garapon, que objetiva reimplantar valores jurídicos e políticos em termos éticos, permitindo reduzir os conflitos e diminuir o sofrimento dos homens. Seria o renascimento da discussão ética (ressurgimento). Sobre a teoria dos valores, consultar, com vantagem, Johannes Hassen, em seu clássico “Filosofia dos Valores”.

A bioética corresponde, sem dúvida alguma, a uma verdadeira revolução cultural (surgiu nos EEUU, nos anos 60, provocando verdadeiro choque cultural), em razão da qual os tribunais não podem silenciar, sob pretexto de insuficiência de lei e pena de denegação de justiça. Há exigência de uma renovação institucional e de mentalidade do julgador. Estuda-se o “futuro do direito e da cidadania”, no final do milênio conturbado por fatores bioéticos, segundo Miguel Reale, Estado de São Paulo, 7/9/1996, pág. A-2.

OBJETO DA ÉTICA: Consiste nas regras morais ou jurídicas que devem reger uma determinada profissão (sob o ponto de vista funcional). São os códigos de deontologia. Enfim, o objeto da ética é o correto atuar da pessoa humana, evitando atitudes antideontológicas.

Nos últimos anos, o comportamento ético do juiz vem constituindo objeto de atenção do público com uma visível frequência (maior visibilidade de sua ação, fenômeno da mídia etc.). Tanto assim que, em conferência transmitida, via Embratel, dia 11/10/96, na Justiça Federal, Florianópolis, Damásio de Jesus, disse que será vivida a época de aplicação da ética.

Exemplificar que o debate Clinton X Dole, na TV americana, teria-se constituído num debate ético.

NATUREZA DA ÉTICA: Se constata quando um homem, em ambiente de liberdade, exercita suas principais faculdades (como a inteligência e a vontade), executando atos previstos na lei.

EM BUSCA DE UMA TEORIA ÉTICA

O comportamento ético do juiz, nos últimos anos, em países como o Canadá, EEUU, Inglaterra, Escócia e Irlanda, vem constituindo objeto de atenção do público com uma visível frequência, razão pela qual

advieram as denominadas instâncias de reflexão para equacionar os problemas éticos particularmente difíceis.

INSTÂNCIAS DE REFLEXÃO

Concernentes aos processos deontológicos e sua multiplicidade de problemas de aplicação, particularmente difíceis, resta criar-se instâncias de reflexão, que se ocupem da evolução do direito, como o IHEJ, em que especialistas em ética, sociólogos e pesquisadores, ocupam-se em analisar os conflitos éticos das relações profissionais com conseqüente pedagogia e regulamentação preventiva. Exemplos: Conselho Canadense, American Bar Association e na Grã-Bretanha. Existem as instituições do Lord Chancellor. Será que o juiz brasileiro estaria aberto para começar a discutir sua ética? O que está em jogo é a capacidade do juiz de criar suas próprias regras, autodisciplinando-se, enfrentando suas deficiências sobre honestidade, honra, sobre seu juramento.

NECESSIDADE DA ÉTICA

É uma exigência a qualquer atividade humana, máxima quando vai de encontro à tomada de decisões que repercutem nos interesses de outras pessoas ou da coletividade, como é o caso da função do juiz, cuja atuação deverá preencher (completar) as lacunas do direito, valendo-se de sua ética, tida como conquista das ciências contemporâneas.

A atividade jurisdicional impõe uma deontologia indispensável e internamente ligada à noção do juiz natural. As normas de conduta ética encontram-se excluídas de um fenômeno de moda, sendo antes uma aspiração de classe e uma necessidade profunda de reinterpretar os juízos políticos e jurídicos em termos éticos.

Daí, no contexto, chega-se à indisfarçável crise de identidade a que se encontra o juiz de hoje.

DA CRISE PROFISSIONAL

As profundas e complexas transformações do planeta e de nosso espírito têm levado longamente a sociedade a refletir sobre novas ações públicas. Estaríamos todos preparados para tais mudanças?

Nos últimos anos, a crise do juiz é atualidade constante e problema que suscita comentários apaixonados e verdadeiras polêmicas, que atingem a própria imagem do Judiciário.

Tratar da crise do processo estabelece um exercício delicado e perigoso, notadamente quando enfocada a questão sobre a ordem ética, dentro de uma inadaptação da deontologia clássica e que deixa antever a resistência daqueles que não se ajustam aos padrões morais da sociedade. A mudança de mentalidade e a alteração do conceito de moralidade, por certo, iriam provocar a purificação do ambiente da justiça.

A figura do juiz, que sempre esteve na proa de nossa sociedade, encontra-se em crise: a lentidão, o alto custo da justiça, a extrema falta de confiança da opinião pública acerca de seu trabalho exigem uma nova concepção de justiça: objetividade, eficácia, rispidez e transparência, além de cultura.

IDENTIDADE: falta de estrutura para seus valores morais, o que desequilibra seu pólo ético e legal. Crise é, aqui, usado como desvio de um modelo padrão. Daí três reflexões: crise de suas funções, crise da dimensão de suas funções e crise de seu poder criador de direito, como operador do direito.

LEGITIMIDADE: Para alguns encontra-se na oral evangélica do julgamento: “como vós julgueis, vós sereis julgados” (São Mateus).

Para outros, a legitimidade está na qualidade do serviço que presta e, pois, na sua competência (A. Garapon, *Le juge et son éthique*). Para a tradição positivista (Augusto Comte), sua legitimidade provém da lei, consoante a célebre fórmula “o juiz é a boca da lei”, jurando “bem e fielmente desempenhar suas funções”. Finalmente, segundo política Italiana, na operação “mãos limpas, a legitimidade é adquirida junto a opinião pública” (Stefano Mogini, *Le juge et la Révolution Italienne*) e o apoio da mídia. Cada qual, em realidade, deve procurar sua legitimidade, pois, sem justificação, o seu poder deriva de uma impostura.

Sob três aspectos da crise de legitimidade do juiz manifesta-se: pelo recrutamento, pelo exercício político e pelo declínio da jurisprudência.

CONCURSO: Este é procedido sem análise das qualidades do recrutado, sua personalidade, sua formação, com valoração de seus títulos e experiências, sem conhecimentos técnicos, sem sensibilidade para conhecer a alma humana e seus problemas.

Esquecem-se que, hoje, os cidadãos são mais informados e exigentes, daí esperarem da justiça um melhor serviço. No Brasil, a

situação é mais grave, merecendo destaque a falta de critérios, as deficiências e incertezas dos sistemas de recrutamento, exteriorizando o candidato selecionado, como se fossem “candidatos de ocasião”, sem jamais se interessarem em penetrar no âmago da profissão.

A jurisprudência supõe durabilidade. Hoje, porém, o processo vem diluído, pois o direito muda e muda rápido. Alheios a essas transformações, no entanto, a maioria dos magistrados apegam-se a *slogans* e à estratificação das súmulas, que substituem sua convicção e impedem a evolução do direito. Transparecem aí os elementos de uma crise.

A lei, como crise, é fato notório pelas incertezas geradas e sua grande inflação, que revelam inadaptação de regras e indeterminações de conceitos.

Em face da dessacralização e do desaparecimento do mistério de sua gênese, que leva a não mais se acreditar no caráter transcendental da lei, surgem os problemas relativos à falta de confiança e à ruptura da consciência, conduzindo à clássica pergunta: é melhor escolher bons juízes ou é melhor submeter aos maus juízes boas regras de direito?

O melhor é: o exame do papel do juiz na interpretação da lei e do legislador na revelação do direito.

DOS PARADOXOS JUDICIÁRIOS

A estabilidade jurídica deixa de prevalecer, por vezes, mais pela presença do fenômeno conhecido como “Paradoxos do Judiciário”.

FALTA DE TALENTO DO JUIZ

Talento aqui é entendido como as aptidões profissionais que um indivíduo possui e que, por seu trabalho, torna-se produtivo para a sociedade no domínio de uma técnica ou ciência determinada.

Vocação, no entanto, pode configurar-se numa encruzilhada na vida de um inexperiente jovem, cuja decisão transcende a hora presente para projetar-se no porvir inteiro e, muitas vezes, sem possibilidade de voltar atrás.

Aqui entra, sob o plano profissional, que este tenha sua missão clara para que sua “deontologia” conserve ou retome algum sentido prático. As atividades cotidianas modificam-se: elas são caracterizadas

por homens sobrecarregados de tarefas múltiplas, alterando sua concepção de deontologia.

Na realidade, estudar a magistratura brasileira supõe um estado permanente de perplexidade. A vocação de um magistrado é revelada, por vezes, em conversação com um colega, por consulta às listas de concursos disponíveis para bacharéis em direito, pela procura de um trabalho conveniente, pelo convite sedutor de parente ou amigo que já integre o quadro, como consequência lógica da profissão do pai.

A situação é mais inquietante porque a sociedade encontra-se na fase tecnológica e em processo de grandes mutações, mais exigindo de seu juiz, embora os recrutamentos sejam premeditadamente facilitados. Há até caso de certos jovens que decidiram “fazer-se” magistrados, sem tomar conhecimento sequer dos deveres e das responsabilidades que esta carreira lhes impõe para exercer com alguma honra tal profissão. Eles apenas sonham com esta função pública rodeada de certo prestígio que os conduzirá docemente – no sentido de deixar o tempo passar despreocupadamente – a uma aposentadoria, bastando, para tanto, sentarem-se à poltrona de juiz (lição de Alain Bancaud).

Uma orientação responsável e uma análise prévia fazem-se necessárias para que se evitem estas vocações “precárias”, ditadas pela sorte ou pela ilusão. O contrário será desconfiança, frustração, insegurança, tráfico de influências e estímulo à violência.

Segundo Paradoxo: DA IGNORÂNCIA DO DIREITO

A vida é um processo contínuo de superação. Os estudos servem eficazmente para cultivar a personalidade, aperfeiçoar a convivência social, disciplinar a inteligência, despertar o espírito crítico, a objetividade e a metodologia, indispensáveis à interpretação das leis e ensinar o caminho da verdade, exaltando o seu sentido moral e a solidariedade humana, na busca da adaptação do *savoir-faire* utilizado na aplicação das regras jurídicas e deontológicas.

A ignorância de certos profissionais em matéria jurídica é estupefaciente e sua vontade de não recorrer aos livros é incompreensível, confirmando uma verdadeira crise qualitativa: confirma-se a desconfiança e a deterioração da imagem da justiça justificada pela baixa qualidade do profissional da magistratura.

Enquanto isso, na França, “coloca-se a justiça no seio dos grandes debates da sociedade, da ética à bioética, devolvendo a preparação de 31 meses para a judicatura, além de cursos de formação continuada”.

Terceiro Paradoxo: DO CULTO DO PRECEDENTE

No Brasil, encaminha-se o juiz ao culto do precedente, deixando-o preso ao passado e distanciando-o do mundo presente, e daí têm-se os especialistas em coleções inteiras de jurisprudências, verdadeira enciclopédia daquele que se julga como numa verdadeira “verdade jurídica”, tudo diante da lógica da manutenção do respeito à hierarquia e obedientes às regras do jogo, o que demonstra a sua insegurança e a sua submissão voluntária. Na moda, atualmente, com seus prós e contra”, discute-se a instalação da súmula vinculante. Assunto para outro debate, não?

DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS DO DESPERTAR ÉTICO

O cidadão comum passa a ter percepção de que, tal como ocorre no setor privado, o poder público apresenta, em geral, sintomas de acelerada decomposição, tanto que há denúncias seguidas em que são demonstradas a violação às mais rudimentares normas éticas, entendidas estas como regras de moral e de valores do ser humano.

Torna-se, pois, imprescindível a recuperação do poder público, melhorando-se práticas administrativas, para purificar o exercício do poder e restaurar a confiança dos cidadãos na administração do Estado.

A atividade judicial, universalmente discutida, não escapa dessas considerações iniciais.

Os questionamentos sobre as relações éticas e a atividade forense são remotas. Problemas de choque de aplicação dos postulados ao valor e identidade são evidentes.

ELABORAÇÃO DE UMA ÉTICA PÚBLICA

O primeiro choque ético resultou, no século XX, da descoberta das experiências humanas nazistas (Código de Nuremberg, 1947, e declarações posteriores).

No momento, na Europa, o objetivo é o de obter certa harmonia entre as várias políticas sobre o assunto, ocasionando reflexões relativas aos direitos do homem e à produção de normas de comportamento profissional (= normas deontológicas).

A justiça, com certo atraso, tenta reconquistar seu prestígio, sincronizando-se com os movimentos que buscam redefinir a sua identidade e a relação entre seus valores morais e jurídicos. Busca, na concepção

de novos valores, assegurar um conteúdo ético a todo o processo de transformação. Seria a verdadeira elaboração de uma ética pública, como resultado da reflexão sobre métodos e comportamentos.

ÉTICA DA JURISDIÇÃO

Por força das circunstâncias, o juiz encontra-se rodeado de pessoas que não cessam de dizer-lhe que homem formidável ele é. Caso comece a acreditar, estará ele perdido. Prudência e sabedoria constituem o melhor conselho.

As normas de conduta ética estão excluídas do fenômeno da moda, correspondendo a uma necessidade profunda, e sob o resultado, diz Garapon, de “um movimento cultural de conjunto que tende a reinterpretar os juízos políticos e jurídicos em termos éticos”.

Assinale-se que, no campo do juiz ou da jurisdição, a aplicação de regras consiste na adoção dos “princípios de conduta que ele dá a si mesmo no exercício de suas funções” (Gachuche Lacoste).

A ética judiciária constitui a essência da ação do juiz. Ela representa uma qualidade pessoal e indispensável do juiz, de quem se deve exigir um nível de conduta superior, com intuito de melhor orientá-lo no controle da aplicação do direito.

OPOSIÇÕES: Não se trata de prescrever um catálogo de comportamento conveniente para o juiz e, tampouco, exigir um censor, mas somente de se tentar levar o termo a uma meditação. Mas se apontam razões para recusar a observância dos princípios éticos.

O assunto tem enfrentado resistências, pois no Brasil, ao contrário de outros países (França e EEUU), a ética não é questão vergonhosa e a farta literatura, aqui, repugnam a discussão do tema. Observa-se, no mais, a fraca teorização da função do juiz, aliás, quase inexistente na literatura brasileira, na qual sequer se procura, por medo ou falta de tradição, debater os comportamentos aéticos e que não são poucos.

A nossa tradição jurídica tem, ensina Garapon, ao menos três boas razões para recusar, de pronto, a ética do juiz: a) tradição positivista; b) denegação da autonomia (reprimir e tratar da questão); e c) preponderância da doutrina.

RAZÃO DE SER DAS REGRAS ÉTICAS

Do fato de os juízes estarem submetidos a uma disciplina e a deveres (objetivos e subjetivos), extrai-se o compromisso de bem atender aos interesses da justiça e dos jurisdicionados. Com tais comportamentos éticos, que são válidos universalmente, haverá uma redução de conflitos, variáveis conforme os homens e as situações (os conceitos de ética mudam de país para país).

É preciso constatar, assim, que a estrutura ética apresenta-se para o juiz, especificamente, em forma de conflitos, quer relativos a sua função ou quer relativos à própria pessoa do juiz (seu agir, seu recrutamento). Geralmente o juiz malformado que pensa de uma maneira, mas atua de outra e, finalmente, sua vida privada está longe de ser um exemplo para alguém.

É evidente, este juiz violou, totalmente, a confiança do público. E mesmo que seu julgamento encontre-se na lei, todos duvidarão da qualidade de sua sentença.

Sabe-se que o juiz vive, cotidianamente, o conflito entre o direito e a equidade, optando entre o justo e o legal, na busca de sua melhor ética processual. A lei de um lado contraria sua consciência, e de outro a equidade lhe impõe aplicar a lei que sua ética rechaça (v. g. aborto, eutanásia).

Questiona-se: deve o juiz, em tais casos, privilegiar a segurança jurídica em respeito aos códigos e textos, ou abrir novos caminhos e exercer seu poder criador? E qual seria a fronteira desta evolução? Como decidir? Onde se colocar a ética? Qual a sua resposta na preocupação do interesse geral e dos interesses particulares? No direito de família, há forçar na solução amigável ou aplicar o direito permanente?

São interrogações que demonstram as dificuldades da profissão e que exigem conhecimentos teóricos e práticos, em domínios multidisciplinares e mesclados de natureza ética deontológica.

CONFLITOS RELATIVOS À INSTITUIÇÃO JURISDICIONAL

Há problemas éticos que procuram soluções muito além dos estatutos e leis orgânicas, cujos equacionamentos encontram-se nos métodos de trabalho e no preparo intelectual do magistrado, conforme se refere o direito comparado.

Quando e em que condições pode o juiz receber presentes? Qual a sua obrigação de reserva com referência às atividades políticas? Pode o

juiz participar de convenções de partidos? Como resolver estas querelas quando elas repercutem na atmosfera interna e externa da justiça?

Especificamente, no campo profissional, como deve um juiz proceder quando um comportamento de outro juiz choca sua ética pessoal? Recorre à ordem interna ou cede à tentação da imprensa? E os comportamentos que não atendem à hierarquia? E aqueles que parecem de atitudes suspeitas, contrárias ou moralmente escandalosas?

Mais: Qual a saída ética quando se recebe, sobre uma ação, pedido político ou de superior hierárquico? As imperfeições do sistema (desídia, laxismo, desonestidade etc.) passam pela cumplicidade ou devem ser denunciadas? E como gerir a incapacidade e os conflitos psicológicos de certos magistrados? Os males do alcoolismo, da crônica preguiça, da desonestidade (intelectual ou não) da carência de honra, da ética mais elementar devem ser tolerados? Tais incondutas devem ser admitidas em nome do corporativismo ou não?

CONFLITOS RELATIVOS À PESSOA DO JUIZ

Cada cultura tem algo a dizer no que respeita à ética, mas, na verdade, “as faltas dos magistrados devem ser menos toleradas do que as das outras pessoas” (Gérard Wolff, *Les Magistratis*).

Nada pior que um juiz do estilo monge, de um teologista do direito: ele passa lamentando seu excesso de trabalho, praguejando que está mais sobrecarregado de processos que seu colega, que sua instituição é a eterna desfavorecida. Vive ele em permanente crise pessoal e funcional.

O PERFIL DO JUIZ IDEAL

Deixando de lado os conceitos históricos acerca do que seja, idealmente, um juiz (Sócrates e Kelsen), temos que, recentemente, no Canadá, duas obras foram publicadas sobre a melhor conduta do juiz, dentro e fora da Corte, revelando questões de ordem deontológica.

Na França, em nossos dias, o fenômeno adquiriu a concepção de uma “magistratura cidadã”, comprometida com as instituições políticas e sociais, favorecendo-se os subúrbios na chamada justiça de proximidade. É nesse contexto que o juiz europeu tenta buscar sua identidade, numa atmosfera simpática ao interesse geral e superior aos interesses e idéias da vida coletiva, sua identidade ética, ante o convívio social.

A IMAGEM IDEAL DO JUIZ

Os critérios de excelência profissional são múltiplos e complexos, além de contraditórios. O professor de direito, o sociólogo, o advogado, o operário, o policial, o jornalista, por exemplo, têm opinião diferente sobre o tema.

O juiz revela-se, na lógica social, fundamentalmente, entre o relativo e o absoluto; a estagnação e a mudança; o rigor e o laxismo; a competência e a ignorância; a independência e a submissão; a adoção do princípio do *who's who*, do qual muitos, infelizmente, gostam de fazer prova.

Na consciência popular a imagem ideal do juiz secular e perfeitamente enraizada consiste na opinião de que o protótipo de juiz é aquele que guia sua ação segundo bases éticas sólidas.

REFERÊNCIA PARA UM MODELO

Não existe, comprovadamente, nenhum modelo de referência, nenhuma definição unívoca de um *métier* que possa tornar-se multiforme e pluralista. Existe crise de protótipos, em face de ausência de referência, o que torna impossível traçar um modelo de juiz. A tarefa de dizer o direito é, pois, um trabalho sempre recomeçado, sendo difícil contornar seus limites como o é fixar a figura ideal de um juiz.

Uma concepção de funcionamento das jurisdições e do papel do juiz

Referências: Avaliação da eficácia, produtividade, intérprete e legislador.

Dos estereótipos masculino e feminino. Repensar a carreira em face de suas repercussões organizacionais. Do juramento. Da legitimidade e da independência do juiz. Do complexo binômio ética/disciplina.

Do conteúdo das normas deontológicas e do lugar da ética em face da prova ambivalente (caso julgamento Collor). Da justiça literal e da justiça de resultado. Das menções especiais em matéria de ética (das difíceis relações de juiz com a mídia, com os advogados e com os cartórios. Um exemplo, trazido pela folha de São Paulo, dá uma certa forma da escolha de um juiz do STF: Min. Ilmar Galvão. Perfil: fez carreira bancária, baiano, 59 anos, magistrado sem expressão e anódino

político. Indicado como uma reivindicação do “esquecido nordeste”. Foi nomeado por Collor em 1991 (Folha de São Paulo de 3/9/1992).

CONCLUSÕES

1º) O objetivo da palestra não é extrair idéias definitivas a respeito do tema focado, visando, antes, a inspirar uma desafiadora deontologia profissional.

Assim, vimos que, o exercício da atividade jurisdicional não é concebido sem reportar-se às regras de consciência: moral, ética e deontológica. Tais disciplinas são mutáveis; consoante perpétua evolução da sociedade. O surgimento de um código de ética do juiz é a realidade que se anseia para assegurar a ordem da profissão. Pergunta-se: Não seria aconselhável conceber uma deontologia só para juízes? E a criação de instâncias de regulamentação ética? Não seria básico distingui-las das instâncias disciplinares?

2º) É verdade, questões éticas e deontológicas, por vezes, podem suscitar problemas concretos mais delicados, cada juiz devendo encontrar a solução, atendendo a circunstâncias particulares. O desrespeito às normas de conduta, à falta de confiança do público na atividade do juiz, quando desprovido de ética, “pode ver desaparecer sua própria identidade profissional” (Denis Salas), ou seja, as inconduas éticas podem esfregar a personalidade do magistrado (= sua imagem).

Assim, a formulação de um código prático sobre a conduta do juiz deve destinar-se a ajudá-lo a melhor compreender suas obrigações como pessoa que exerce funções públicas extremamente importantes e delicadas. A emissão de um Código de Deontologia Judiciária é indispensável para fortalecer a carreira, embora fatores como idade, sexo, competência intelectual, origem, mentalidade, valores, podem levar à contestação. Questiona-se: Até que ponto os juízes pretendem refletir sobre seus conflitos éticos? Realmente, o que está em jogo é a capacidade de uma profissão discutir suas próprias regras, de autodisciplinar-se, o que a levaria a demonstrar seu amadurecimento e independência.

3º) Realmente, a única saída honrosa seria uma correta regulamentação, por via deontológica, notadamente preventiva e discutida, no campo interno, em verdadeiras instâncias deontológicas de meditação, conhecendo-se projetos e códigos em discussão, todos preocupados na elaboração de parâmetros transparentes de comportamento particular e profissional. Aí poder-se-á levantar

questionamentos, alguns com prontas soluções, por exemplo: quais os procedimentos adequados para assegurar a eficiência, correção e mínimo decoro das funções jurisdicionais? Como poderão atuar, eficazmente, as inspeções correcionais? A cargo de quem ficará a instrução de um procedimento ético? É aconselhável um juiz julgar o comportamento de outro juiz? Pode um juiz ser guardião da ética de outro? Conclusão: Uma reflexão prioritária deveria suscitar as novas reformulações deontológicas e seus desequilíbrios. Enfim, são projetos que encorajam uma próxima pesquisa.

4º) As questões de ética/deontologia devem ser tratadas de forma clara, pública, global e profissionalmente como um movimento político-cultural de modernização do serviço público da justiça e como assunto-objeto de nosso tempo, o que conduziria à elevação das qualidades do ser humano, como dignidade, espírito de decisão, sensibilidade e senso do dever.

Na verdade os valores éticos têm reclamado manifestação de conteúdo prático e decisivo, no interior dos sistemas profissionais. O produto final dessa nova mentalidade pragmática será a esperança de uma nova e melhor justiça.

BIBLIOGRAFIA

CAPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988, pág.15.

CARLIN, Volnei Ivo. *Deontologia Jurídica*. Ética e Justiça. Florianópolis: Obra Jurídica. 2ª ed., 193p.

DAMIEN. André. *Les règles de la profession d'avocat*. 7ª. ed., Paris: Dalloz, 1992.

GARAPON, Antoine. *Justice et Médics*. Paris: Notes de la fondation Saint-Simon. 1994, 32p.

GARRAFA, Volnei e Berlinguer, Giovanni. *O Mercado Humano*. Brasília: UnB. 1996, 213p.

LUDET, Daniel *et al.* *Les Juges*. Pauvoirs. Paris: n. 74, 1995, 231p.

OLIVEIRA, Regis de. *O Juiz na Sociedade Moderna*. São Paulo: FTD. 1997, 126p.

PERELMAN, Chaïm. *Ética e Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, págs. 3 – 361.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. *Poderes éticos do juiz*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris. 1987, 213p.